



A MIGRAÇÃO E O CRESCIMENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE

Célia Marília da Conceição¹

Helio Geraldo Ubisse²

Mateus Jacob³

Resumo

A formação dos assentamentos humanos em Moçambique está intimamente ligada às migrações principalmente nas zonas urbanas, onde o processo de crescimento actual obedeceu 3 períodos, nomeadamente, pós independência, o período da Guerra de desestabilização e o período pós Acordo Geral de Paz. A partir da pesquisa bibliográfica realizou-se este trabalho com objectivo de analisar a complexidade da construção do espaço urbano em virtude de fenómenos não programados como, as migrações. Tendo em conta as condições de precariedade que ainda se vive nas zonas rurais moçambicanas, os movimentos migratórios constituem um dos mecanismos que proporcionam melhores rendimentos, acesso aos serviços sociais básicos, assim como melhores perspectivas de vida para os agregados familiares. Contudo, a urbanização no contexto da globalização, e a necessidade de criação de novos espaços urbanos, favoreceu a extensão das fronteiras das cidades, para áreas com características rurais e provavelmente sem valores a agregar as cidades assim como mudanças na urbanização moçambicana, resultando em alteração da paisagem urbana. Esta forma de produção dos espaços, propiciou a continuidade da dualidade existente no período colonial mas desta feita, o centro da cidade passou a ser ocupado por cidadãos moçambicanos e a grande diferença residia na densidade populacional que os espaços urbanos passaram a ter.

Palavras-chave: Migração; Espaços urbanos; Crescimento Populacional

Resumen

La formación de asentamientos humanos en Mozambique está estrechamente vinculada a las derivaciones migratorias, principalmente en las zonas urbanas, donde el actual proceso de crecimiento ha seguido tres períodos, a saber, el período posterior a la independencia, el período de la guerra de desestabilización y el período posterior al Acuerdo General de Paz. A partir de la investigación bibliográfica, este trabajo se realizó con el objetivo de analizar la complejidad de la construcción del espacio urbano debido a fenómenos no programados como las migraciones. En vista de las precarias condiciones que aún viven en las zonas rurales mozambiqueñas, los movimientos migratorios son uno de los mecanismos que proporcionan mejores ingresos, acceso a servicios sociales básicos y mejores perspectivas de vida para los hogares. Sin embargo, la urbanización en el contexto de la globalización, y la necesidad de crear nuevos espacios urbanos, favorecieron la extensión de las fronteras de las ciudades, a áreas con características rurales y probablemente sin valores para agregar ciudades, así como cambios en la urbanización mozambiqueña, lo que resultó en cambios en el paisaje urbano. Esta forma de producción de los espacios, propiciaba la continuidad de la dualidad existente en la época colonial pero esta vez, el centro de la ciudad comenzó a ser ocupado por ciudadanos mozambiqueños y la gran diferencia residía en la densidad poblacional que comenzaron a tener los espacios urbanos.

Palabras clave: Migración; Espacios urbanos; Crecimiento de la población

¹ Mestranda em População e Desenvolvimento- Universidade Eduardo Mondlane

² Mestre em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades - UniSave Extensao de Massinga

³ Mestre em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades -UniSave Extensao de Massinga



Abstract

The formation of human settlements in Mozambique is closely linked to migration stems mainly in urban areas, where the current growth process has followed three periods, namely post-independence, the period of the War of destabilization and the post-General Peace Agreement period. From the bibliographic research, this work was carried out with the objective of analyzing the complexity of the construction of urban space due to unscheduled phenomena such as migrations. In view of the precarious conditions still living in mozambican rural areas, migratory movements are one of the mechanisms that provide better income, access to basic social services, as well as better life prospects for households. However, urbanization in the context of globalization, and the need to create new urban spaces, favored the extension of the borders of cities, to areas with rural characteristics and probably without values to aggregate cities as well as changes in Mozambican urbanization, resulting in changes in the urban landscape. This form of production of the spaces, propitiated the continuity of the existing duality in the colonial period but this time, the city center began to be occupied by Mozambican citizens and the great difference resided in the population density that urban spaces began to have.

Keywords: Migration; Urban spaces; Population Growth

INTRODUÇÃO

A formação dos assentamentos humanos em Moçambique está intimamente ligada às migrações principalmente nas zonas urbanas, onde o processo de crescimento actual obedeceu 3 períodos, nomeadamente, pós independência, o período da Guerra de desestabilização e o período pós Acordo Geral de Paz.

Apesar de o crescimento demográfico das cidades dever-se maioritariamente ao crescimento natural (diferença entre natalidade e mortalidade), as migrações forçadas, calamidades naturais, a reclassificação urbana e o clima económico actual criaram um aumento significativo e não programado da população urbana, motivaram a expansão administrativa urbana onde, milhares de famílias adormeceram como rurais e acordaram como urbanas, sem que tivessem sido processadas quaisquer alterações de organização espacial, económica, social ou cultural o que permitiu a expansão das periferias sem infraestruturas e serviços urbanos (Maloa, 2019; Araújo, 2003).

Dada a importância que as migrações têm na construção de espaços, torna-se relevante realiar este estudo baseando-se na revisão bibliográfica e análise dos dados dos Censos (1980, 1997, 2007 e 2017) com objectivo de analisar a complexidade da construção do espaço urbano moçambicano em



virtude de fenómenos não programados como, as migrações. Igualmente, a literatura demonstra défice de estudo sobre esta temática, olhando para a complexidade e implicações das migrações no contexto de planeamento e ordenamento territorial.

Assim, os resultados desta pesquisa podem servir de instrumento que desperte atenção à necessidade se tomar em consideração o fenómeno migratório no processo de planeamento e ordenamento territorial, uma vez que este fenómeno, geralmente não programado pode afectar todo o processo de gestão dos espaços, principalmete, os urbanos.

POVOAMENTO E FORMAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

O povoamento do território Moçambicano, remonta aos meados do ano 300 D.C, período marcado pela migração dos povos vindos da região dos Montes Camarões e que diferente dos Khoisans e hotetontes que também marcaram sua presença neste espaço geográfico, sedentarizaram-seao longo das zonas litorais e estuarinas assim como nas bacias fluviais em direcção às encostas e planaltos do interior, atraídos pelas condições que estes locais tinham para a prática da agricultura e pecuária (Gomes, 2014; Morais, 1989), que continua sendo a principal actividade de subsistência e ser praticada por 73.6% da população economicamente activa de acordo com os dados do IOF⁴(2019/20).

Portanto, as datações mais antigas da presença de agrupamentos foram encontradas a Sul de Moçambique (Matola e Zitundo) o que para Morais (1989) denota a importância que deveria ter tido a faixa costeira moçambicana no rápido movimento populacional para o sul. Este movimento do qual derivou uma invasão em massa e a ocorrência de uma abrupta explosão demográfica ficou conhecido comoexpansão bantu.

Nos anos 600 após a migração bantu, seguiu-se ao estabelecimento de entrepostos visando a comercialização de metais preciosos ao longo da costa entre comerciantes asiáticos e os povos locais (Gomes, 2014). Tanto a expansão bantu quanto a presença dos comerciantes goeses, trouxeram consigo

⁴Inquérito Sobre os Orçamentos Familiares



alterações socio-espaciais derivadas do crescimento demográfico e as especializações do trabalho (a caça, a pesca, a agricultura, o fabrico do ferro) que geraram hierarquias sociais e novas formas de poder político (Gomes, 2014).

A presença portuguesa também trouxe contribuições significativas para a forma como os espaços eram organizados. E diferentemente do que aconteceu com os migrantes anteriormente referenciados, criaram centros de controlo colonial que mais tarde se tornariam vilas, e com o tempo foram elevadas à categoria de cidades caracterizadas segundo Maloia (2018) citando Fanon (2005) por serem segregacionistas, racistas e dualistas onde existiam: os bairros configurados em plantas ortogonais, com edifícios verticais, redes de serviços, comércio, saneamento básico, abastecimento de energia elétrica, água potável, telecomunicações e do outro lado, bairros estruturados em habitações horizontais, precárias em infraestrutura e serviços urbanos.

MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO DOS ACTUAIS ESPAÇOS URBANOS

A prior, Hansine e Arnaldo (2019) consideram que o facto de cada país adoptar critérios a si convenientes para a definição de áreas urbanas, mostra a não universalidade do que se deve considerar um espaço urbano. Em Moçambique, apesar de se usar a definição de áreas urbanas ou de cidade determinada pelo MAEFP⁵ e se ter categorizado os espaços urbanos em cidades do Tipo A, do Tipo B, do Tipo C, do Tipo D e as vilas, o MTA serve-se do tipo de uso da terra para diferenciar os espaços rurais de urbanos (Hansine e Arnaldo, 2019).

Matos (2021) no entanto, problematiza os conceitos de urbano, cidade e de município adoptados em Moçambique uma vez que a falta de clarificação dos mesmos influencia, no tamanho da população urbana, como também no conteúdo da urbanidade desses espaços. Hansine e Arnaldo (2019) ao abordarem a questão dos critérios de definição de espaços urbanos, chamaram atenção ao facto de tanto o MAEFP assim como o MTA⁶ anteriormente MICOA não estabelecerem os parâmetros sobre os quais assenta a sua classificação de

⁵Ministério da Administração e Função Pública

⁶Ministério da Terra e Ambiente



espaços urbanos o que faz com que os assentamentos urbanos em Moçambique não tenham as mesmas características. No quesito densidade populacional por exemplo, as Cidades de Maputo e Matola tem 2000 habitantes a cada km² enquanto as de Maxixe e Inhambane não passam de 500 hab/ km² (idem).

Esta indefinição e o facto de todo o distrito da Cidade de Inhambane (que coincide com toda a extensão municipal), ser considerado urbano, abriu espaços para que fosse possível visualizar dentro deste espaço características essencialmente rurais e de ocupação dispersa nos bairros da Ilha de Inhambane, Conguiana, Josina Machel, Siquiriva, entre outros.

Em outras cidades do país a incorporação de espaços rurais aos limites das cidades e vilas foi justificada de acordo com Matos (2021) pela necessidade de expansão das cidades e vilas, por forma a permitir que mais gente habite os espaços urbanos atendendo as necessidades de mais espaço para a (auto) construção de habitação dos novos residentes.

Araújo (2003:167) por seu turno e em referência a génese dos espaços urbanos referenciou que:

Os actuais espaços urbanos em Moçambique são resultantes de um processo alógeno, em que a concentração de actividades económicas foi decidida e imposta em função de interesses exteriores (coloniais), como sucedeu, igualmente, em toda a África Subsaariana. (ARAUJO, 2003).

Portanto, tal como Fanon (2005), Araújo (1999; 2003) indica que a construção das cidades em Moçambique estaria estritamente relacionada a uma forma de construção e concepção da visão urbano-ocidental, resultado de um processo *pastiche* e desigual, que se encarregou de dividi-la em duas áreas distintas mas, complementares, denominadas: cidade de cimento e cidade de caniço onde de acordo com Matos (2021), a cor dos seus ocupantes era uma das principais características distintivas.

A urbanização no entanto, é sempre associada a um processo dinâmico e complexo de concentração de população num determinado espaço a partir do seu "situ" original, assumindo a ideia de que, originalmente, a distribuição da população no território era de carácter disperso e rural (Araújo, 2003)



Com o fim do colonialismo português em 1974, a urbanização moçambicana herdou os problemas estruturais (económicos, sociais e de organização territorial), da urbanização dualista, porém, o governo procurou ajustar o modelo pré-existente, às políticas nacionais de desenvolvimento.

Apesar de o crescimento demográfico das cidades dever-se maioritariamente ao crescimento natural (diferença entre natalidade e mortalidade), as migrações forçadas, calamidades naturais, a reclassificação urbana e o clima económico actual criaram um aumento significativo e não programado da população urbana, motivaram a expansão administrativa urbana onde, milhares de famílias adormeceram como rurais e acordaram como urbanas, sem que tivessem sido processadas quaisquer alterações de organização espacial, económica, social ou cultural o que permitiu a expansão das periferias sem infraestruturas e serviços urbanos (Maloa, 2019; Araújo, 2003).

É importante referenciar que, se por um lado algumas cidades aumentavam o seu espaço, passando a integrar também a periferia de outros distritos, as cidades de Inhambane e Maxixe, que até ao levantamento de 1980 constituíam um território, no censo de 1997, já desintegrados, a cidade de Inhambane viu sua população decrescer.

Estes factores administrativo e conjuntural levaram Segundo Araújo (2003) a criação de um espaço periférico, dentro das zonas urbanas, de população essencialmente agrícola e dispersa, cujos hábitos e atitudes continuavam sendo camponeses e com uma relação diária com o centro urbano assim como os mesmos deveres.

Posteriormente a periferia foi também ocupada por migrantes de baixa renda, que olhavam para as cidades como a solução para a sua condição de vida, e se deslocaram dos espaços rurais para os urbanos por forma a responder aos desequilíbrios regionais de desenvolvimento (Araújo, 2002; Maloa, 2019).

Como forma de lidar com a difícil vida urbana e pela fraca capacidade do poder público de transformar os espaços em urbanizados, a alternativa que sobrou aos migrantes foi a adaptação de comportamentos rurais no uso dos espaços, dando origem ao fenómeno de transformação a que Araújo (2003) designou “ruralidade no urbano” ou “ruralização do urbano”.



Portanto, esta rápida urbanização em consequência das migrações derivadas da guerra civil, acompanhada por desastres naturais (calamidades naturais, cheias e secas) na década de 1980 sem deixar de lado as migrações internas influenciadas pela liberdade de deslocação emanada na Constituição da República, propiciou que as cidades moçambicanas se tornassem lugares seguros de refúgios e de oportunidades, o que influenciou a implosão urbana, por causa da ocupação do centro e das áreas áreas de proteção, como: espaços vazios para as futuras instalações de edifícios públicos, valas de drenagens (córregos), encostas marítimas, dunas etc. Já, a explosão urbana, se deu em razão da ocupação das periferias com surgimento de novos bairros de ocupação espontânea e desordenada (Maloa, 2019).

O advento das multinacionais nas duas últimas décadas em Inhambane, Tete, recentemente em Cabo Delgado assim como a concentração da máquina administrativa em Maputo, levou principalmente a camada jovem a movimentos migratórios do campo para as cidades, assentes nos condicionalismos sociais, económicos e políticos resultantes da descolonização, oportunidades de emprego e de formação, conflitos internos, cooperação internacional e desastres naturais (Raimundo, 2009, 2011 citada por Patricio, 2016).

Tomando em consideração que as migrações provocam desequilíbrios porque modificam os lugares de partida e de chegada, Araújo (2003:171) adverte que é incorrecto ver apenas o lado negativo dos movimentos migratórios pois eles também influenciam o processo de transformação positivo para o desenvolvimento das regiões de partida e de chegada, facto substanciado por Fischer (2010) citado por Hansine e Arnaldo (2019), que referencia que o crescimento demográfico seja ele urbano ou não, quando acompanhado de políticas sociais e económicas consistentes e dinâmicas, pode estimular o desenvolvimento socioeconomic pois, a pressão demográfica tende a impulsionar a inovação tecnológica, particularmente no contexto agrário.

Por outro lado, o facto de os assentamentos urbanos ser concentrado, facilita a provisão de bens e serviços e oferecem mais oportunidades de emprego, educação, bem como de circulação e partilha de informação. (Boserup, 1981 citado por Hansine e Arnaldo, 2019).

Ainda no contexto positivo que as migrações podem trazer, o envio de remessas, que tem crescido ao longo dos anos, tornou-se uma importante forma



de financiamento às famílias deixadas para trás contudo, diferentemente das remessas internacionais, Feijó e Ibraimo (2016:330-331) referem que os fluxos de ideias ou financeiros á nível interno não são tão facilmente perceptíveis, estando, por esse motivo, representados de forma subterrânea.

CONSEQUÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO

Uma das primeiras consequências das migrações em Moçambique foi o rápido crescimento demográfico no espaço urbano também influenciado pelas altas taxas de natalidade. A população urbana aumentou progressivamente, entre as décadas de 1980 e 1990 cresceu 15%, e em 1997, estava estimada em 29,2% (Araújo, 2002), o que denota uma duplicação da população urbana.

O resultados dos censos de 2007 e 2017, referem que a população urbana situou-se em 30% e 33.3% respectivamente, o que mostra sim um crescimento da população todavia, não ao mesmo ritmo do período pós guerra civil, e esta evidência pode dever-se segundo Hansine e Arnaldo (2019) ao facto de se ter registado somente a mobilidade da população para as cidades fundamentalmente por razões económicas, portanto, um volume menor se comparado ao período de migrações forçadas porém, chamam atenção ao facto de haver uma falsa impressão de aumento ligeiro em termos relativos tendo em conta que em termos absolutos, houve um aumento de 4,5 milhões para 9 milhões de pessoas.

Tendo em consideração a já fragilizada economia moçambicana e o facto de os principais assentamentos humanos no país terem sido construídos, desde a expansão bantu, junto à costa e áreas propensas a eventos naturais extremos, maior parte da população urbana (13 de 23 cidades), estariam vulneráveis para experimentar alguns eventos (Hansine e Arnaldo, 2019)

Relativamente a migração interprovincial, Raimundo & Muanamoha (2013) referenciam que os Censos de 1997 assim como 2007 mostraram que a cidade de Maputo apresentava os maiores valores concernentes ao saldo migratório o que permitiu concluir que a cidade de Maputo é o destino preferencial. Em 2017, a Cidade de Maputo não deixou de ser preferencial mas, a Província de Maputo teve a maior taxa de crescimento populacional como mostra a figura 1.



Figura 1. Tendência da taxa de Crescimento da População entre (1997 – 2017)



Fonte: INE, Resultados definitivos dos II, III e IV RGPB

Outra consequência avançada por Hansine e Arnaldo (2019), está relacionada aos problemas ambientais associados ao desenvolvimento da sociedade urbana e de consumo, tendo em conta, especialmente, o crescimento demográfico e a elevada densificação urbana.

O aumento da densidade demográfica nas cidades moçambicanas, que não tem sido acompanhado por um planeamento urbano sistemático, faz com que as vantagens associadas aos assentamentos urbanos concentrados sejam substituídas por desafios resultantes da falta ou deficiente planificação. E esta pressão sobre o solo urbano vem agudizar as desigualdades socioeconómicas e espaciais, incluindo a degradação do ambiente urbano (Araújo, 2003 citado por Hanzine e Arnaldo, 2019), e o aumento da densidade demográfica urbana pressupõem o aumento da quantidade de resíduos sólidos e águas residuais.

Não menos importante, a informalidade se tornou consequência do aumento populacional e as migrações tem o seu papel nesta forma de estar. A informalidade neste ensaio deve ser vista em duas perspectivas: a primeira, apresentada por Maloa (2019) segundo a qual, aumento da população levou a crescente procura de terra urbana em Moçambique e as falhas no processo de atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra abriu uma brecha para o surgimento de um mercado informal de terra, beneficiando a população que possui poder aquisitivo, em detrimento da que não possui, uma vez que a



pobreza urbana é alta e grande parte da população em idade activa urbana (28,9 de acordo com o IOF 2019/20) está desempregada.

A segunda vertente do informalismo está relacionada ao subemprego. Segundo Araújo (2003) O período que decorreu entre 1980 e 1991, apesar de ter reduzido o ritmo dos fluxos migratórios em direção às cidades, manteve valores muito elevados por causa da guerra civil e novos imigrantes apresentavam uma nova componente, a feminina. Visto que o crescimento continuou a ser, exclusivamente demográfico, neste período surgem as actividades informais, como única alternativa de sobrevivência para uma grande maioria de recém-chegados.

Num estudo realizado nas cidades de Maputo, Tete, Pemba, Nacala e Quelimane sobre os movimentos migratórios para regiões de incidência dos megaprojectos, Feijó e Ibraimo (2018) revelaram a existência de profundas relações entre os migrantes e o local de origem onde se pôde observar que o envio de remessas, na forma monetária ou em bens de consumo, dinamizaram a vida dos migrantes e seus familiares apesar dos obstáculos e complexidades burocráticas para a canalização por meios formais, o que faz com que optem por canais informais, assentes em redes de confiança mútua e de longa data para efectuar tais envios.

Os montantes e a regularidade no envio de remessas são definidos pela presença de familiares ou um objectivo económico específico na zona de origem e estas remessas, são geralmente aplicadas para o consumo, construção de casas, alimentos, vestuário, meios de transporte, sendo raro o investimento em actividades empresariais ou produtivas enquanto do campo para a cidade circulam, sobretudo, produtos agrícolas. Portanto, nesta relação rural-urbana, as cidades em análise assumem um carácter emissor uma vez que as remessas recebidas pelas populações citadinas apresentaram-se inferiores aos valores enviados.

Feijó e Ibraimo (2016) chamam atenção ao facto de a migração gerar desigualdades sociais entre os agregados familiares, uma vez que as remessas fluem para famílias inseridas em redes migratórias e não necessariamente para as mais pobres das comunidades e que a partida massiva de jovens em idade activa, tem como consequência não só a diminuição da mão-de-obra local, como



também tornam as famílias dependentes do envio de remessas oriundas do exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações têm contribuído para a organização socioespacial em Moçambique, desde o primeiro século. Factores conjunturais (calamidades naturais e guerras) e administrativos são apontados como determinantes para a modificação dos espaços urbanos, criados sob uma perspectiva colonial. No período que se seguiu ao acordo de paz, os movimentos migratórios deixaram de ser meramente por questões de segurança, e a livre circulação facilitou o fluxo migratório.

Contudo, A imagem da cidade como um lugar de oportunidades estabelecida no período colonial, contribuiu grandemente para a continuidade das migrações campo-cidade por razões económicas. E estes movimentos, trouxeram mudanças na urbanização moçambicana, pois alteraram a paisagem urbana, a que Araujo (2003) chamou: modelo de organização espacial dos espaços urbanos em Moçambique, contendo três anéis: a área urbana que compunha a cidade cimento, a Suburbana (de caniço) e a peri-urbana. Os residentes nestas áreas partilhavam os mesmos deveres porém o direito a provisão de serviços sociais básicos, não foi dado a todos.

A fraca organização política, legislative e bem como aquisitiva, levou a ocupação desordenada dos espaços urbanos, criando constrangimentos ambientais que se fazem sentir em quase todas as cidades moçambicanas contudo, nem tudo é mau neste processo migratório. A dinâmica migratória campo-cidade, constitui um trampolim para alavancar a economia rural, por meio de envio de remessas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGY A. R., RAIMUNDO, I. M., Feijó J., IBRAIMO M. & MUANAMOHA, R. **Movimentos Migratórios param Áreas de Concentração de Grandes Projectos**. PubliFix – Edições. Maputo – Moçambique, 2018.



ARAÚJO, M. G. M. **Ruralidades-Urbanidades em Moçambique**. Conceitos ou preconceitos? Revista da Faculdade de Letras — Geografia I série, vol. XVII-XVIII, Porto, 2002.

ARAÚJO, M. G. M. **Os Espaços Urbanos em Moçambique**. GEOUSP Espaço e Tempo. n° 14. 2003.

FEIJÓ J. e IBRAIMO, M. **Relações rural-urbano, transferências pessoais e políticas públicas uma análise a partir de populações residentes na cidade de Maputo**. 2016

GOMES, A. **Formação e dinâmicas das fronteiras no território moçambicano**. BoletimCampineiro de Geografia, v. 4, n. 2, 2014

HANSINE, R. & ARNALDO, C. **Natureza demográfica e consequências do crescimento urbano em Moçambique**. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE, 2019. p. 297-318

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. Inquérito nacional aos agregados familiares sobre orçamento familiar 2002/03. **Quadros definitivos**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística. 2004.

MALOA, J. M. **A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>

MATOS, E. A. C. de. **Cidade e urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da província da Zambézia**. Revista Humanidades&Inovação. V.8. n.46. p.108-121, 2021.

MORAIS, J. M. F. **O Princípio e o Presente: a arqueologia na redescoberta do passado em Moçambique**. Revista ICALP, vol.18, 1989, 74-92.

PATRÍCIO, G. **Moçambique: Compulsando as migrações internas e internacionais**. *InterEspaço*.Grajaú/MA. v. 2, n. 5. p. 78-101. jan./abr. 2016

RAIMUNDO, I. M. **Migrações em Moçambique: reflexes sobre uma política de migração**. Centro de Análise de Políticas-UEM. Estudos moçambicanos, Volume 22 Nº 1